

Subsídios técnico-metodológico ao Plano Político Pedagógico (PPP): com vistas à gestão da educação no Brasil

Technical-methodological subsidies to the Pedagogical Political Plan (PPP): with a view to education management in Brazil

Subsidios técnico-metodológicos al Plan Político Pedagógico (PPP): con visas a la gestión educativa en Brasil

DOI: 10.54033/cadpedv21n3-096

Originals received: 02/19/2024

Acceptance for publication: 03/08/2024

Antônio de Almeida Sobrinho

Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Instituição: Capacitar Consultoria e Soluções Ltda

Endereço: Rua Sergipe, 101, Santa Letícia 2, Candeias do Jamari – RO,

CEP: 76860-000

E-mail: almeidaengenheiro@yahoo.com.br

Luiza Cabral Santos

Especialista em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica

Instituição: Capacitar Consultoria e Soluções Ltda

Endereço: Rua Sergipe, 101, Santa Letícia 2, Candeias do Jamari – RO,

CEP: 76860-000

E-mail: luisacabralsantosengenheira@gmail.com

Cledenilson Souza Martins

Doutorando em Educação

Instituição: Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

Endereço: Av. Calama, 4985, Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho - RO,

CEP: 76820-441

E-mail: cledenilson.martins@ifro.edu.br

Paulo Sergio Tome

Mestre em Teologia

Instituição: Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

Endereço: Av. Calama, 4985, Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho - RO,

CEP: 76820-441

E-mail: paulo.tome@ifro.edu.br

Thárcia Paula dos Santos Neves

Graduada em Educação Física

Instituição: Escola Santa Marcelina Marcello Cândia

Endereço: Br- 364, km 17, Zona Rural, Município de Porto Velho - RO,

CEP: 78900-450

E-mail: tharciapaula@gmail.com

Osmar Siena

Doutor em Engenharia de Produção

Instituição: Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Endereço: BR 364, Km 9,5. Porto Velho – RO, CEP: 76801-059

E-mail: siena@unir.br

RESUMO

No princípio, a escola focou uma aproximação com o trabalho intelectual, preparando futuros representantes da sociedade. A escola passou a ser conhecida por ter se tornado o lugar do ócio, e por lá se encontrar àqueles com tempo disponível para o que der e vier. A formação de trabalhadores, o trabalho manual, não exigia preparo escolar e acontecia no próprio exercício das funções (SAVIANI, 2007; 2013). Com o advento do capitalismo e da indústria moderna, a alfabetização passou a ser necessária a uma maior parcela da sociedade para permitir a inserção no processo produtivo, o que impulsionou a universalização da escola. Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstituiu a diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente à formação intelectual, e as escolas para as massas, que ou se limitam à escolaridade básica ou, na medida que têm prosseguimento, ficam restritas a determinadas habilitações profissionais (SAVIANI, 2013, p. 159). O Governo Federal, em convênio com os estados e municípios, disponibiliza toda a infraestrutura física, com recursos humanos, financeiros e materiais — incluindo o material pedagógico necessário e o fornecimento da merenda escolar e tudo mais para promover o aprendizagem escolar, a contento, e os alunos, em sua grande maioria desperdiçam esta oportunidade e retornam aos seus locais de origens, sem a obtenção do conhecimento e da promoção social tão necessária e que tanta falta faz para a inclusão social e segurança alimentar de famílias carentes que necessitam de emprego e renda para manterem o sustento de suas famílias. A abordagem científica do trabalho “Subsídios Técnico-metodológico ao Plano Político Pedagógico (PPP) com vistas à Gestão da Educação no Brasil” atende a exigência curricular, de cunho científico e desta forma, se prestar como subsídios à educação no Brasil.

Palavras-chave: Subsídios. Plano Político Pedagógico. Aprendizagem Escolar.

ABSTRACT

At first, the school focused on approaching intellectual work, preparing future representatives of society. The school became known for having become a place

of leisure, and for meeting those with time available for whatever comes their way. The training of workers, manual work, did not require educational preparation and took place during the performance of duties (SAVIANI, 2007; 2013). With the advent of capitalism and modern industry, literacy became necessary for a larger portion of society to allow them to enter the production process, which boosted the universalization of school. When capitalist society tends to generalize school, this generalization appears in a contradictory way, because bourgeois society advocated the generalization of basic school education. On this common basis, it reconstituted the difference between elite schools, aimed predominantly at intellectual training, and schools for the masses, which are either limited to basic schooling or, as they continue, are restricted to certain professional qualifications (SAVIANI, 2013, p.159). The Federal Government, in agreement with the states and municipalities, provides all physical infrastructure, with human, financial and material resources — including the necessary teaching material and the provision of school meals and everything else to promote satisfactory school learning and The vast majority of students waste this opportunity and return to their places of origin, without obtaining the knowledge and social promotion that is so necessary for social inclusion and food security for needy families in need of employment and income. to support their families. The scientific approach of the work “Technical-methodological Subsidies to the Political Pedagogical Plan (PPP) with a view to Education Management in Brazil” meets the curricular requirement, of a scientific nature and, in this way, provides subsidies to education in Brazil.

Keywords: Subsidies. Pedagogical Political Plan. School Learning.

RESUMEN

En un principio, la escuela se centró en abordar el trabajo intelectual, preparando a los futuros representantes de la sociedad. La escuela se hizo conocida por haberse convertido en un lugar de ocio, y por encontrarse con quienes tenían tiempo disponible para lo que se les presentara. La formación de los trabajadores, trabajo manual, no requirió preparación educativa y se realizó durante el desempeño de sus funciones (SAVIANI, 2007; 2013). Con el advenimiento del capitalismo y la industria moderna, la alfabetización se hizo necesaria para que una porción más amplia de la sociedad les permitiera ingresar al proceso de producción, lo que impulsó la universalización de la escuela. Cuando la sociedad capitalista tiende a generalizar la escuela, esta generalización aparece de manera contradictoria, porque la sociedad burguesa propugnaba la generalización de la educación escolar básica. Sobre esta base común, reconstituyó la diferencia entre las escuelas de élite, dirigidas predominantemente a la formación intelectual, y las escuelas de masas, que o se limitan a la escolarización básica o, a medida que continúan, se restringen a determinadas cualificaciones profesionales (SAVIANI, 2013, p. .159). El Gobierno Federal, de acuerdo con los estados y municipios, proporciona toda la infraestructura física, con recursos humanos, financieros y materiales, incluido el material didáctico necesario y la provisión de alimentación escolar y todo lo demás para promover un aprendizaje escolar satisfactorio y la gran mayoría de los estudiantes. desperdician esta oportunidad y regresan a sus lugares de

origem, sin obtener los conocimientos y promoción social que tan necesarios son para la inclusión social y la seguridad alimentaria de familias necesitadas de empleo e ingresos para sustentar a sus familias. El enfoque científico del trabajo “Subsidios técnico-metodológicos al Plan Político Pedagógico (PPP) con miras a la Gestión Educativa en Brasil” responde a la exigencia curricular, de carácter científico y, de esta manera, brinda subsidios a la educación en Brasil.

Palabras clave: Subvenciones. Plan Político Pedagógico. Aprendizaje Escolar.

1 INTRODUÇÃO

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) é imprescindível se construir o Projeto Integrador (PI) se prestando como ferramenta necessária e indispensável à estimulação de atividades que envolvam educandos, pais, docentes, profissionais de diversas áreas e a comunidade, em geral.

De acordo com o IFF, Campus Itaperuna, (2013a; 2013b; 2013c; 2013d),

[...] no Projeto integrador são estimuladas atividades que envolvam educandos, pais, docentes, profissionais de diversas áreas e a comunidade. O objetivo é motivar os estudantes a participarem de projetos interdisciplinares, visitas técnicas, visitas às comunidades para prestação de serviços e a apresentarem seus trabalhos em seminários, simpósios, congressos. Desse modo, o Projeto Integrador alia a tríade ensino-pesquisa-extensão, missão dos institutos federais, à interdisciplinaridade, visando à formação integral dos educandos.

Segundo a NBR 10.006 (ABNT – Associação Brasileira de Normas técnicas) Projeto é “Processo único, consistindo de um grupo de atividades coordenadas e controladas com datas para início e término, empreendido para alcance de um objetivo conforme requisitos específicos, incluindo limitações de tempo, custo e recursos”.

O trabalho apresentado, sob o título Subsídios Técnico-Metodológico ao Projeto Político Pedagógico (PPP) com vistas à Gestão da Educação no Brasil se presta como sugestões técnicas para subsidiar o planejamento estratégico e o acompanhamento pedagógico durante o processo de vigência do Projeto Incentivador (PI) implementado em cada unidade educacional, imprescindível em todo PPP e, ao mesmo tempo, se propõe estimular o estudo da multidisciplinaridade e a interrelação do aprendizado-desenvolvimento, com a

integração entre educador-educando-comunidade e corrobora com o ensino-aprendizagem, com uma dupla face: professor/aluno e aluno/professor — com a materialização de aprendizado concreto e a prevista adoção óbvia de tecnologias e de conhecimentos.

Com a criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a justificativa de ofertar a educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino para contribuir com a integração e construção da integração curricular, e, assim, ministrar a educação profissional técnica de nível médio prioritariamente na forma de cursos integrados, incluindo neste contexto o Programa da Educação para Jovens e Adultos – EJA (BRASIL, 2008).

Com o decorrer do tempo, a Educação passou a visualizar os pontos de estrangulamento do EJA ao analisar as incongruências primárias, básicas e nevrálgicas que por si só justificam a fragilidade do programa e, com muita dificuldade, para contornar e consertar estes gargalos, tais como: i) condição econômica: a maioria dos alunos que estuda no programa EJA tem baixo poder aquisitivo e estes são obrigados a alternarem os estudos com o trabalho para atender suas necessidades básicas e, ao mesmo tempo, para obter o sustento de suas famílias; ii) estrutura familiar: em grande maioria são estudantes provenientes de famílias desajustadas e com problemas de dependências químicas; iii) estrutura escolar: a grande maioria dos estudantes que se matricula no programa EJA não possui base e conhecimento teórico e o mínimo necessário para acompanhar, a contento, passo a passo a programação do EJA de 1ª a 9ª série do Ensino Fundamental e, em assim sendo, a maioria para de frequentar a escola, considerado hoje como uma tendência normal e óbvia sendo, este, portanto, o motivo da evasão escolar; iv) aparelhamento ideológico: com as mudanças tecnológicas e o aparelhamento ideológico na educação do Brasil, difundido nos últimos tempo, através de pensamentos socialistas sem fronteiras.

A educação do Brasil vem sofrendo as consequências e os educadores, apesar de não terem a valorização profissional, a contento, e o reconhecimento devido — como os principais responsáveis pela formação de nossos jovens, o

futuro do Brasil, são maus remunerados e vem sofrendo na pele constantes ameaças e agressões por alunos indisciplinados e agressivos que frequentam as escolas para fazerem badernas e se prestarem como defensores de interesses políticos, em sintonia com aparelhamentos ideológicos não recomendadas para quem se compromete a se tornar profissional para contribuir com o desenvolvimento e a consolidação do Brasil.

Quando se utiliza o binômio exclusão social e inclusão social se constatam pertinências, no âmbito da denúncia e do pragmatismo, quando, paradoxalmente, também, se alojam seus pontos limítrofes, como revelados de forma enfática por Ribeiro (2006).

No entendimento de Streck (2009), o Fórum Social Mundial, com a égide de Grito dos Excluídos, nada mais é do que uma denúncia com energia potencial, energizada por grupos progressista da Igreja Católica.

Conhecer e entender o desenvolvimento humano, no contexto pedagógico, é o mesmo que visualizar as mudanças ao longo do processo ensino-aprendizagem e podem ser considerados como resultados exclusivamente de processos individuais e biológicos, mas têm como parâmetros as condições objetivas que o meio social impõe a cada fase da vida (FERRARI; AMARAL, 2003).

Nesta ótica pedagógica, a escola passa a assumir um papel preponderante muito abrangente, além daquele de simples emissor de certificados escolares, o jovem que estuda no EJA passa a viver mergulhado no mundo cujo proprietário é o adulto, para ele desconhecido na qualidade e como agente de mudança, cujo objetivo precípua seria o de garantir a mão de obra para o mercado de trabalho, com garantia de emprego e renda para a própria sobrevivência de toda a família.

Nessa perspectiva, a experiência na instituição escolar assume um papel mais abrangente do que o de emissora de certificados. Enquanto trabalho e enquanto escola, o jovem que frequenta a EJA está mergulhado num meio que pertence ao adulto, que ele desconhece na qualidade de agente da sua história, cuja prioridade está em se manter no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência.

No entendimento de Costa & Fioranelli, (2005),

Para alcançar seus objetivos, por diversos motivos, nascem os projetos. Por necessidades: pressões do mercado, problemas recorrentes, redução de custos, manutenção e revitalização dos negócios, novos produtos, novos canais de comercialização, campanhas de vendas. Por oportunidades: novas possibilidades de negócios, necessidades de realizar investimentos. Por riscos: evitar ameaças ao negócio, evitar ameaças ao bem-estar da organização, evitar ameaças à imagem da organização.

Para se alcançar os objetivos desejados, utilizou-se como metodologia e pesquisas bibliográficas disponibilizadas nos textos digitalizados no curso de Pós-Graduação Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas e em matérias disponibilizadas como textos básicos, dentre outros, com citações de autores diversos, tais como: Costa e Fioranelli, (2005); Ferrari; Amaral (2003); Frigotto e Criavata (2005); Miguel Arroyo (2005); Gadotti (1999); Perrenoud (2002); Ribeiro (2006); Saviani, (2007; 2013); e Streck (2009).

Atuando como uma alavanca propulsora para impulsionar e somar esforços na área educacional para a concepção deste trabalho técnico-científico-metodológico, o material disponibilizado neste curso de Especialização teve um papel fundamental na formatação e na gestão de projetos, desde a elaboração e no papel gerenciador dos projetos e ninguém superior aos autores Costa e Fioranelli, (2005) para endossar e referendar esta realidade atual no seio das ferramentas educacionais.

Quando o saber é interpretado na ótica pedagógica essa passa a ser chamado de aprendizado, especialmente quando passa a ser focado como uma forma binária professor-aluno e materializado como conhecimento, extraído do estudo-aprendizagem, em fase dupla educando-educador passa a ser chamado de saberes.

Esta pesquisa tem como objetivo difundir saberes para promover a melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica nos mais diversos níveis de conhecimento, nas áreas de abrangência da educação no Brasil e, assim, deixar um legado para os níveis básico, médio e superior.

O objetivo da pesquisa consiste em oferecer subsídios técnico-metodológicos para o desenvolvimento do Plano Político Pedagógico (PPP) com

o intuito de aprimorar a gestão da educação no Brasil. O trabalho destaca a evolução histórica da Escola — desde seu início focado no trabalho intelectual até a atualidade — em que o sistema educacional é universalizado, porém, enfrenta desafios na efetiva promoção do aprendizado escolar, especialmente em comunidades carentes.

Este estudo propõe uma abordagem científica para promover a melhoria da qualidade da educação, fornecendo diretrizes para a elaboração e implementação do PPP, visando, assim, contribuir para a inclusão social, segurança alimentar e promoção de oportunidades de emprego e renda para a sustentabilidade das famílias em situação de vulnerabilidade.

2 PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

Este estudo pretende contribuir com a Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas e, ao mesmo tempo, apresentar subsídios teórico-metodológico, no âmbito do Projeto Político Pedagógico (PPP) e, no sentido lato, durante o processo de elaboração e de concepção do Projeto Integrador, e em especial, no campo do programa EJA que, de acordo com Miguel Arroyo (2005) argumenta:

[...] que o campo educacional da EJA sempre apareceu vinculado a um outro projeto de sociedade, um projeto de inclusão do povo como sujeito de direitos. Foi sempre um dos campos da educação mais politizados, o que foi possível por ser um campo aberto, não fechado e nem burocratizado, por ser um campo de possíveis intervenções de agentes diversos da sociedade, com propostas diversas de sociedade e do papel do povo. (ARROYO, 2005, p. 31).

Por outro lado, busca subsidiar Projetos Pedagógicos Integradores com vistas à Gestão da Educação no Brasil e, assim, contribuir com a melhoria na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas que é um simples documento vital para cada escola que orienta suas atividades, seus planejamentos e acompanhamentos, com caráter obrigatório — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

Este estudo tem a pretensão em apresentar subsídios teórico-metodológico como, também, propor alternativas metodológicas e promover melhorias educacionais ao universo de estudantes, em níveis diversos e demais graus da educação no Brasil.

Para Miguel Arroyo (2005, p.29),

[...] desde que a EJA é EJA os jovens e adultos são os mesmos: pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência. São jovens e adultos populares. Fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos, culturais. O nome genérico: educação de jovens e adultos oculta essas identidades coletivas. Tentar reconfigurar a EJA implica assumir essas identidades coletivas.

Para que haja agregação de conhecimento torna-se necessária a materialização de mudanças mútuas de comportamentos entre os atores que se interagem. Quando ocorrem estímulos e mútuas sinergias entre estes atores, indubitavelmente, surgem experiências novas, com influências diversas para o meio ambiente, com resultados para a sociedade.

No sentido lato da palavra, o verbeto cidadania pode ser interpretado como razão e conhecimento, enquanto a formação do terráqueo a partir do momento em adquire a função cívica em seu papel político e social, intrínseco à sociedade, com direitos e deveres, com seu livre arbítrio e responsável único e direto por todos os seus atos.

Frigotto e Ciavata (2005, p. 85) afirmam que:

É dever garantir ao adolescente e ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão, pertinentes a um país integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Torna-se muito difícil falar em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas sem citar o educador Paulo Freire, com inúmeras publicações no Brasil e no exterior e com uma significativa contribuição pedagógica e metodológica à educação do Brasil.

Gadotti (1999) concorda que o diálogo entre professor-aluno deve ser cordial, com transparência e muito aberto — quando o professor deva

desempenhar o seu papel com humildade e sem autoritarismo, antes, rotulado como o dono da verdade e dono da última palavra.

Para Gadotti (1999):

É preciso rigor para falar de Paulo Freire. Ele relembra as incontáveis publicações e referências ao educador, algumas disponíveis na internet, e completa: “ele tem um lugar no mundo garantido pelo reconhecimento de seu trabalho, com contribuições na educação, nas artes, nas artes, nas ciências e até na engenharia”.

No entendimento de Gadotti (2002), o professor necessita:

[...] trocar sua postura de colecionador para organizador do conhecimentos. Quando conclui que a figura do professor tem um papel preponderante e decisivo, sendo, portanto: um mediador do conhecimento, um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador, e sobretudo, um organizador de aprendizagem (GADOTTI, 2002, p.32).

Neste sentido, o tema apresentado Subsídios Técnico-Metodológico ao Projeto Político Pedagógico (PPP) com vistas à Gestão da Educação no Brasil aborda uma temática inovadora e tem caráter revolucionário uma vez que se a educação do Brasil seguir à risca durante todo processo de formatação, de elaboração e concepção do PPP (Projeto Político Pedagógico), de acordo com a LDB/1996, com seus respectivos Projetos Integradores (PI), ajustados as políticas educacionais, em nível nacional, de estados e municípios, tornar-se-á óbvia e breve a melhoria da educação no país, em todos os níveis.

Esta proposta aqui apresentada, de cunho teórico-pedagógico, pretende subsidiar à escola, em caráter metodológico, como subsídios de educação no campo do planejamento e do acompanhamento pedagógico, com potencial para promover a melhoria da gestão educacional e de práticas pedagógicas em todos os níveis da educação do ensino fundamental e profissionalizante do Brasil.

Com o advento de significativos avanços tecnológicos nos últimos anos, contrastando com a crise acentuada na educação do Brasil, a melhoria da gestão educacional se constitui como premissa máxima com necessidades urgentíssimas em todos os estabelecimentos de ensino do país e, com isto, todos tendem a ganhar: as famílias, que passariam a dispor de uma educação de qualidade para seus filhos; o mercado de trabalho, que teria ao seu dispor

uma mão de obra qualificada para atender suas necessidades operacionais, com aumento de produção e de produtividade; o estudante, que seria capacitado com uma mão de obra especializada, com garantia de emprego e renda; e a sociedade, com a promoção socioeconômica de significativa parte da população.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se elaborar o PPP, de acordo com as atribuições e competências de cada membro responsáveis para tal, em consonância com Perrenoud (2002, p.145-146),

As competências constituem, portanto, padrões de articulação do conhecimento a serviço da inteligência. Podem ser associadas aos esquemas de ação, desde os mais simples até as formas mais elaboradas de mobilização do conhecimento, como a capacidade de expressão nas linguagens, a capacidade de argumentação na defesa de um ponto de vista, a capacidade de tomar decisões-problema, de pensar, de elaborar propostas de intervenção na realidade.

A atual conjuntura política e a acentuada crise econômica que atravessa o Brasil, acarretaram o agravamento da qualidade da educação, com escassez de recursos financeiros, com sucessivos cortes no orçamento para o setor, comprometendo sobremaneira a continuidade de programas prioritários, com ênfase para de ciência e tecnologia e educação, acarretando diretamente na descontinuidade e no colapso da pesquisa e da educação, em todos os níveis.

Na construção do PPP, em obediência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, deve-se apresentar a realidade e que se retrate o perfil dos gestores, professores, funcionários, pais e alunos e definir tudo aquilo que pretendem materializar.

Após a elaboração e legitimação do PPP, a equipe escolar e a comunidade devem analisar os pontos em destaques a fim de detectar a atual realidade, com vistas à melhoria da gestão para se obter algo melhor.

O PPP deve ser seguido com rigor e se evitar que se transforme em documento obrigatório e arquivado, sem nenhuma serventia.

Para se elaborar o PPP torna-se necessário que todos os atores empenhados neste trabalho conheçam a realidade da comunidade para, depois, se elaborar um plano de intenções.

Quando a comunidade escolar decide elaborar o PPP torna-se necessário se perguntar: por que e para que existe esse espaço educativo? Obtendo-se esta resposta e deixando este tópico claro para todos os atores do PPP, a preocupação migra para os outros três braços o primeiro sendo a proposta curricular, o segundo sendo a formação dos professores e o terceiro a gestão administrativa.

Na proposta curricular busca-se definir o que e como se ensina, bem como as diversas maneiras de avaliação da aprendizagem, o cronograma a ser cumprido e a utilização do espaço escolar. Na formação dos professores busca-se detectar as deficiências para suprir estas necessidades a fim de se fazer cumprir as intenções educacionais. Já na gestão administrativa, busca-se exercer como função principal a governança necessária para se alcançar a excelência de uma administração escolar, a contento, e, assim, construir a escola que todos querem.

Quando duas forças convergentes são conjugadas em apoio a duas ou mais pessoas, de formas sucessivas e com sinergia, com reciprocidade e trocas de saberes e de experiências, é bem verdade que se devem obter como resultante mudanças de comportamentos e de aprendizados, com ganhos significativos para todos os membros da sociedade.

Condicionantes de cunho político-tecnológico e com rigores metodológicos serão capazes de atender as demandas da educação do Brasil, de forma radical, e, assim, colocar as diretrizes da educação nos trilhos, com um choque de gestão, de forma democrática e compartilhada com a sociedade libertas do patrulhamento ideológico político-partidário, com competência, sabedoria e honestidade.

A fim de superar as deficiências tecnológicas que hoje afetam frontalmente a qualidade da educação do Brasil — paradoxalmente, em pleno “bom” tecnológicos e com o surgimento das ferramentas de multimídias e avanços cibernéticos, em todos os níveis, que o PPP inclua dentre suas

prioridades da educação a qualificação técnica e tecnológica para os educadores para que estes possam utilizar o aparato tecnológico disponibilizado para a Escola e, até então encaixotado, sem uso e se depreciando, por ausência de capacitação técnica para atender as demandas educacionais, em níveis nacional.

Ao se analisar a atual crise generalizada que hoje compromete a qualidade da educação do Brasil, não se poderiam encontrar outros culpados: i) a ausência de governança do Governo e a má gestão de recursos públicos; ii) a deficiência de planejamento pedagógico e a omissão do administrador público na gestão da escola; iii) a não valorização profissional do educador, com baixa remuneração; iv) deficiência de infraestrutura tecnológica das unidades educacionais; v) aparelhamento ideológico, em atendimento a interesses político-partidários; vi) a baixa qualificação tecnológica do educador por ausência de recursos tecnológicos e ausência de recursos financeiros e de vontade política por parte do poder público.

Em assim sendo, a juventude do Brasil tem um futuro incerto, diante de uma realidade sombria e sem nenhuma perspectiva, a curto e médio prazos, para que se vislumbrem horizontes animadores para o amanhã que assegure uma educação de qualidade para as presentes e futuras gerações.

Os trabalhos desenvolvidos tiveram vários obstáculos, dentre estes podem-se citar: carências de publicações na área de planejamento estratégico; políticas públicas descontinuadas; alternância de objetivos políticos implicando na degradação da qualidade da educação como um todo.

Os resultados das pesquisas podem servir como uma base sólida para a reformulação de políticas públicas educacionais. Ao se identificar as deficiências, os desafios permitem que os formuladores de políticas educacionais desenvolvam estratégias específicas para abordar essas questões, melhorando, assim, sobremaneira, a eficácia e a eficiência das políticas públicas.

Em assim sendo, a pesquisa oferece uma orientação para a academia, destacando áreas críticas que necessitam de maiores pesquisas e intervenções e, deste modo, possa inspirar pesquisadores e discentes de um modo geral, a conduzirem estudos mais aprofundados, em temas específicos e buscarem

soluções inovadoras que possam contribuir para o desenvolvimento da educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABNT **NBR ISO 10006: 2000**, Gestão da qualidade – Diretrizes para a Qualidade no Gerenciamento de Projetos.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Educação de jovens e adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.19-50.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília: 2008.

COSTA, Ana Dirce P.; FIORANELLI, Karina. **Teoria e Prática no gerenciamento de projetos** (com estudo de caso na área do turismo). Irvine (CALIFÓRNIA – EUA): Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FERRARI, Shirley Costa; AMARAL, Suely. **O aluno de EJA: jovem ou adolescente?** (2003).

Disponível:

<http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_ShirleyCostaFerra.pdf>.

Acessado em: 09 setembro 2019.

FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; Ramos, Marise (org). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, Moacir. **A boniteza de um sonho: aprender e ensinar com sentido**. Abceducatio, Ano III, n. 17, p. 30-33, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1999.

IFF CAMPUS ITAPERUNA. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio – 3 anos**. Itaperuna: 2013.

IFF CAMPUS ITAPERUNA. **Projeto pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo Integrado ao Ensino Médio – 3 anos**. Itaperuna: 2013.

IFF CAMPUS ITAPERUNA. **Projeto pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – 3 anos**. Itaperuna: 2013.

IFF CAMPUS ITAPERUNA. **Projeto pedagógico do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio – 3 anos**. Itaperuna: 2013.

IF FLUMINENSE CAMPUS ITAPERUNA. **Facebook insights**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/IFFluminenseltaperuna>>. Acesso em: abril de 2019.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar no século XXI: convite a viagem.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo.** Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.94, pp. 155-178. ISSN 0101-7330. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a09v27n94.pdf> > Acesso em: 21 agosto 2019.

SAVIANI, D. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.** In: FERRETTI, C. J. et al. (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

STRECK, Danilo Romeu. **Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico.** Educ. Soc. [online]. 2009, vol.30, n.107, pp. 539-560. ISSN 0101-7330 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/12.pdf> > Acesso em: 21 setembro de 2019.